

**XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS  
6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE**

**GT04 - Controle social, legitimidade e seguridade cidadã**

**ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE: A FORMAÇÃO DOS POLICIAIS  
MILITARES DO PROGRAMA RONDA DO QUARTEIRÃO**

**Lara Abreu Cruz**

(Universidade Estadual do Ceará, Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade,  
Bolsista de Mestrado da FUNCAP)

**Maria Glaucéria Mota Brasil**

(Professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará - UECE, pesquisadora do CNPq e  
coordenadora do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética.)

## **ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE: A FORMAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DO PROGRAMA RONDA DO QUARTEIRÃO**

**Resumo:** O Governo do Ceará criou, em 2007, um programa de policiamento com feições comunitárias, denominado "Ronda do Quarteirão", tendo como diferencial sua proposta de proximidade com a população e a contribuição desta na prevenção da criminalidade. Com o passar do tempo, as abordagens do novo policiamento, antes respeitosas e cordiais, começaram a assemelhar-se ao policiamento tradicional, mais identificado com ações reativas e repressivas. Assim, objetiva-se neste trabalho compreender a formação dos primeiros policiais que passaram a integrar o "Ronda do Quarteirão". O estudo de cunho qualitativo analisa comparativamente o programa do curso de formação com os conteúdos da Matriz e da Malha Curricular Nacional da SENASP. Consta-se a realização de um ensino fragmentado, sem qualquer interdisciplinaridade que pode ser reprodutor de práticas pouco afeitas às preocupações éticas, sociais e comunitárias.

**Palavras-chave:** Política Pública de Segurança. Formação Policial. Programa Ronda do Quarteirão

### **INTRODUÇÃO**

Para conter o crescimento da criminalidade e o aumento da violência no País, frente ao fracasso do policiamento tradicional, identificado mais pelo uso da violência, abuso e repressão do que pela prevenção, o Governo brasileiro tem incentivado a criação de um novo modelo de pensar e fazer polícia mais identificado com ações proativas e preventivas do que de repressivas e reativas.

A mudança na qualificação profissional veio por meio da construção de um novo aparato pedagógico para as forças de segurança pública, no qual há uma valorização na comunicação entre as disciplinas técnico-operativas com uma educação humanista, com enfoque nas disciplinas de ciências sociais, especialmente aquelas voltadas aos direitos humanos, à mediação de conflitos, ao desenvolvimento da ética e da cidadania.

Consideradas espaços democráticos, as Universidades são tidas como parceiros privilegiados nas parcerias com as Academias de Polícia, capazes de projetar mudanças no modelo tradicional de formação dos profissionais de segurança pública, e assim operar inovações na formação e qualificação das forças de segurança pública, sobretudo das policiais militares. Isso porque a "Universidade é reinvestida de um lugar eminentemente civil, transmissor por excelência de um pensamento humanista. Esta qualificação vem, em grande parte, na contramão de

uma formação militarista, resquício de um regime de exceção.” (BARREIRA e MOTA BRASIL, 2002, p. 151).

No Ceará, as parcerias entre as Academias de Polícia e as Universidades tiveram início com a realização de convênios entre a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), na época denominada de Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC), a Polícia Militar (através do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças) e a Universidade Estadual do Ceará, por meio do Instituto de Estudos e Pesquisas e Projetos (IEPRO) e do Centro de Educação (CED), correspondendo a um conjunto de reformas e mudanças iniciadas pelo Governo Tasso Jereissati (1995-1998), a partir do “Caso França”<sup>1</sup> (BARREIRA e MOTA BRASIL, 2002).

Na parceria da SSPDC com a UECE, houve a integração das academias, não só na discussão, como também na implementação dos cursos, sobretudo dos cursos de formação. Esta integração compreende a participação de instrutores das academias de polícia militar e civil no ensino de disciplinas consideradas mais operacionais, enquanto que as disciplinas de fundamentação teórica, do domínio das Ciências Sociais e Humanas ficam a critério dos professores da Universidade.

Já o apoio dado às experiências de policiamento comunitário, vem como uma maneira de se modificar a abordagem policial, as relações da polícia com a população de modo geral e a própria imagem que a sociedade tem da polícia. A ideia do policiamento comunitário é de reorientar a ação policial para práticas com caráter mais educativo, como

---

<sup>1</sup> O agente João Alves da França denunciou o envolvimento de policiais civis e militares em assaltos, tráfico de drogas, contrabando de armas e extorsão. Este fato ocasionou uma das maiores crises na área da segurança pública, uma vez que envolveu o então delegado geral da Polícia Civil Francisco Quintino Farias, que tinha sido secretário de Segurança Pública do Estado (1993-1994), além de mais nove delegados, oito comissários, 13 policiais e nove PMs. Em consequência das apurações, são afastados 26 policiais e nove delegados. Francisco Quintino Farias foi denunciado por prevaricação e corrupção passiva. O Governo do Estado realizou, então, uma série de mudanças administrativo-institucionais na área da segurança pública e criou a Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC) em substituição à Secretaria de Segurança Pública (Brasil apud Jornal O Povo, 2007: p.139).

mediação de conflitos, ajuda solidária, educação de base, rodas de conversa sobre os problemas sociais e medidas de segurança. As práticas também são técnicas como criação de postos de policiamento, rondas a pé, vigilância e informação sobre as ações e os criminosos (ALMEIDA, 2004, p.146).

Dessa maneira, o Governo do Ceará criou, em 2007, um programa de policiamento com feições comunitárias, denominado “Ronda do Quarteirão”. Também conhecido como “a polícia da boa vizinhança”; o programa se propunha a desenvolver uma modalidade de policiamento por meio de ações ostensivas e preventivas, tendo como diferencial sua proposta de proximidade com a população e a participação desta na prevenção da criminalidade.

Com o passar do tempo, as abordagens do novo policiamento, antes respeitosas e cordiais, começaram a assemelhar-se ao policiamento tradicional. Velhos problemas ressurgiram, dentre eles, cerca 210 denúncias de violação de direitos do cidadão contra policiais militares formados pela nova formação e que integravam o Programa Ronda do Quarteirão, como agressões físicas, estupros, execuções, abusos de poder, invasão de domicílios, etc. (JORNAL O POVO, 13/07/09 e 17/07/09). Além de “abordagens policiais desastrosas”, associadas à formação policial deficitária, como a que causou a morte do jovem Bruce Christian de Oliveira Sousa, em agosto de 2010, por um policial do Programa Ronda durante uma simples abordagem de rua.

Todos esses fatos levaram-nos as indagações que nortearam o presente trabalho: Como a “nova formação” foi ministrada a esses policiais? Como se deu o processo de aproximação entre a Academia de Polícia e a Universidade para esta formação? Por ser uma modalidade de policiamento comunitário, a formação do Ronda do Quarteirão se diferenciou da formação da “polícia tradicional”? Quais as limitações e os avanços dessa formação específica? Enfim, como ocorreu à formação dos primeiros policiais que passaram a integrar o programa Ronda do Quarteirão?

## **1. Percorso Metodológico**

O objetivo deste trabalho é essencialmente o de analisar como a nova proposta de formação militar foi repassada aos aspirantes a policiais militares do

Programa Ronda do Quarteirão durante a formação da primeira turma em 2007. De maneira específica, o presente trabalho tem como recorte de análise o Curso de Formação de Soldados de Fileiras da Polícia Militar do Ceará de 2007, ano em que houve o último Curso de Soldados de Fileiras no convênio firmado entre a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e a Polícia Militar do Ceará (PMCE) com a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e o primeiro para a formação dos aspirantes a policiais militares do programa Ronda do Quarteirão.

Desse modo, o estudo em tela é uma análise compreensiva dos discursos oficiais das experiências e práticas profissionais que subsidiaram a formação dos policiais do Programa Ronda do Quarteirão. O percurso metodológico utilizado faz uso de técnicas de natureza qualitativa, por permitir ao pesquisador “compreender os indivíduos em seus próprios termos” (GOLDENBERG, 2003, p. 53), fornecendo-lhe uma melhor análise das perspectivas dos participantes, seus pontos de vista e suas inter-relações com o fenômeno analisado.

Para tanto, a pesquisa foi realizada em quatro etapas. A primeira compreende uma revisão da literatura sobre temáticas da sociologia da polícia, sociologia militar e da história da polícia militar no Brasil e no Ceará.

A segunda foi destinada a uma aproximação com a realidade empírica, por meio de dados secundários como reportagens e entrevistas de jornais de maior circulação do Estado, como o Diário do Nordeste e o Jornal O Povo.

E, a terceira etapa trata de um estudo exploratório, compreensivo e crítico-analítico do Curso de Formação de Soldados de Fileira da Polícia Militar do Ceará, do ano de 2007. Na seqüência realizou-se um estudo amostral comparativo dos mecanismos legais que orientam a formação dos operadores de segurança pública no Brasil, no caso a Matriz Curricular em Movimento, desenvolvida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), em 2006, e as ementas, apostilas e programas do projeto do curso de formação, elaborados pelo Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará (CED/UECE), responsável pela seleção e formação humanística desses soldados. Por fim, a quarta etapa fez uso do estudo dos dados primários (falas e depoimentos) coletados nos Grupos Focais realizados

pelas Pesquisas Os limites e potencialidades da nova formação policial nas parcerias das academias de polícia com a Universidade no Ceará (2008-2011) (CNPq) e Os impactos da nova formação no Programa Ronda do Quarteirão: uma experiência de policiamento comunitário? (2008-2010) (FUNCAP), ambas realizadas no Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética da Universidade Estadual do Ceará.

## **2. A Formação dos Policiais Militares para o programa Ronda do Quarteirão: o Curso de Formação de Soldados de Fileira de 2007**

Para atender as exigências políticas de implantação do Ronda do Quarteirão, o Governo Cid Gomes (2007-2010) necessitava da contratação de um novo efetivo policial e, como o programa estava com a data de implantação atrasada foi preciso reduzir a carga horária do Curso de Formação de Soldados de Fileiras de 1.078 horas/aula para 715 horas/aula, o que significou reduzir o tempo do curso de formação de 6 para 3 meses.

Segundo, o coordenador do Programa Ronda do Quarteirão na época, coronel Joel Brasil, o curso de 3 meses teria sido suficiente para capacitar os policiais em sua atuação profissional, o que se precisava, posteriormente ao curso, era a realização de capacitações, de ensino continuado ao longo da carreira (O POVO, 19/10/2009, p. 09). O que não aconteceu, principalmente, pela carga horária desumana que foi imposta aos policiais “rondantes” numa escala de oito horas diárias (de três turnos) com folga de um dia na semana que sempre caia no mesmo dia da semana. Carga horária que só foi alterada após uma “greve branca” ocorrida na PMCE, em 27 de abril de 2010, em que houve adesão em massa dos policiais do Ronda do Quarteirão.

Segundo Mota Brasil, Lima e Cruz (2008), a redução da carga horária do curso de 2007, causou prejuízos à formação desses policiais. O primeiro desses prejuízos e inicialmente o mais visível foi à supressão do Estágio Supervisionado ou Ação Policial Supervisionada (APS), ao qual, durante a formação de policiais militares, em 2003, fora destinado 114 horas/aula.

Com isso, pode-se considerar o fato dos soldados formados na primeira turma do Programa Ronda do Quarteirão não terem passado pela experiência do estágio como rito necessário e importante para a adaptação desse profissional. O agravante nesse episódio foi o fato desses policiais terem passado direto do curso de formação para trabalhar nas ruas da cidade, não houve rito de passagem pelo estágio. O próprio secretário de segurança pública na época, Roberto das Chagas Monteiro, durante a realização do Grupo Focal Institucional, relatou o despreparo dos instrutores na formação desses policiais:

(...) houve um despreparo muito grande dos instrutores, pois tivemos notícias de irregularidades muito grandes, por exemplo, teve uma que foi até publicada em jornal, na qual um policial brincou com outro usando uma arma. Ele apontou a arma na cabeça do outro, apontando a arma para a janela. Quer dizer, tipo de brincadeira, que doutrinariamente é inadmissível. Com arma não se brinca, mesmo sabendo que está descarregada. Então, tivemos um caso sobre professores que não iam dar aula, que faltavam, professores que chegavam à sala, em aulas de direito, e perguntavam: “Alguém aqui é bacharel em Direito?” – “Eu” – “Então vem aqui dar aula que eu tenho o que fazer”. Chamou o aluno para dar aula. Então a formação foi a pior possível. Se eu fosse dar uma nota para essa formação da primeira turma, eu daria uma nota 4 ou 5 (depoimento concedido in: Grupo Focal Institucional das Pesquisas Os limites e potencialidades da nova formação policial nas parcerias das academias de polícia com a Universidade no Ceará (2008-2011) (CNPq) e Os impactos da nova formação no Programa Ronda do Quarteirão: uma experiência de policiamento comunitário? (2008-2010) (FUNCAP), realizado em 29/09/2009). (Grifos nossos).

Sem acrescentar que os referidos alunos não tiveram aula de direção para conduzir às potentes e modernas Hillux compradas exclusivamente para o programa Ronda do Quarteirão. Uma realidade demonstrada nos muitos acidentes<sup>2</sup> envolvendo os carros do Programa Ronda do Quarteirão nas ruas do Estado, assim como uma das justificativas dadas pelos policiais rondantes para aderirem à “greve branca” realizada por policiais militares, em abril de 2010.

Sobre esse assunto, a professora Juruena Moura que ministrou aula no primeiro Curso de Formação dos policiais do Ronda do Quarteirão, em 2007, relatou

---

<sup>2</sup> De 2009 a 2010 pode ser visto uma seqüência de casos envolvendo acidentes com viaturas do Ronda do Quarteirão: 12/05/2009 – Colisão entre uma viatura e um Fiesta no centro de Fortaleza; 07/10/2009 – Acidente envolvendo viatura do Ronda no bairro Edson Queiroz; 17/12/2009 – Policial do Ronda do Quarteirão de Caucaia morre após um acidente; 19/02/2010 – Acidente com carro do Ronda em Sobral; 16/04/2010 – Acidente com viatura do Ronda envolvendo um caminhão na Av. Leste Oeste (Diário do Nordeste, 27/07/2010, p. 15).

ao Grupo Focal Institucional, acima referido, um caso ocorrido em sala de aula enquanto ministrava a disciplina de Direitos Humanos: “eu estava em sala de aula, em uma aula de Direitos Humanos, entrou um colega PM do senhor [coronel Túlio Studart] dizendo: ‘Quem sabe dirigir?’ – e a relação [de quem seria motorista das hylux] foi feita dessa forma. Eu fiquei estarecida”<sup>3</sup>.

Ao relato da professora Juruena Moura, o tenente-coronel Túlio Studart, na época comandante do Ronda do Quarteirão, explicou que durante a formação da primeira turma para o programa, o edital não determinava que esses profissionais deveriam ser habilitados em condução de veículos de emergência, no entanto, para a segunda turma, em 2009, já havia essa determinação no edital E, na turma de 2007, os policiais foram para a rua sem esse tipo de habilitação.

A gente colocou no DETRAN para fazer esse curso, mas o curso não obriga a prática, apenas a teoria. (...) Então, agora a gente está fazendo a parte prática. Então, ele tem, em uma das disciplinas, a direção defensiva. É um curso de controle de viaturas emergenciais e uma das disciplinas é a de direção defensiva (depoimento concedido pelo coronel Túlio Studart, ex-comandante do Ronda do Quarteirão In: Grupo Focal Institucional das Pesquisas Os limites e potencialidades da nova formação policial nas parcerias das academias de polícia com a Universidade no Ceará (2008-2011) (CNPq) e Os impactos da nova formação no Programa Ronda do Quarteirão: uma experiência de policiamento comunitário? (2008-2010) (FUNCAP), realizado em 29/09/2009).

E só para se ter uma ideia teve alguns alunos que (...) tiraram a carteira de motorista para fazer os concursos. Então, não tinham nem uma ideia de trânsito. Todos nós aqui somos motoristas, sabemos que não se aprende a dirigir de uma hora para outra e dar uma viatura cheia de tecnologia, com câmbio hidramático, para esses policiais que nunca tiveram contato com isso, (...) então, o resultado a gente viu aí: bateram carros, uma confusão toda (depoimento concedido pelo secretário de segurança pública Roberto Monteiro In: Idem).

---

<sup>3</sup> O depoimento da professora Juruena Moura foi concedido In: Grupo Focal Institucional Pesquisas Os limites e potencialidades da nova formação policial nas parcerias das academias de polícia com a Universidade no Ceará (2008-2011) (CNPq) e Os impactos da nova formação no Programa Ronda do Quarteirão: uma experiência de policiamento comunitário? (2008-2010) (FUNCAP), realizado em 29/09/2009.



Essa redução não se deu apenas com a supressão do Estágio Supervisionado, ou ausência do curso de condução de veículos de emergência, mas também na redução da carga horária de algumas disciplinas ministradas.

Através da análise comparativa realizada entre as cargas horárias das disciplinas ministradas durante os Cursos de Formação de Soldados de Fileiras da PMCE nos anos de 2003 e 2007 podemos observar que das 29 disciplinas ofertadas no Curso de Formação de 2007, 13 sofreram redução na carga horária, que vai desde a diminuição de 10 horas/aula até mesmo a 30 horas/aula; foram acrescentadas três novas disciplinas (Português Instrumental, Polícia Comunitária e Lições de Direito Penal e Processual Militar); e 13 disciplinas não tiveram redução na sua carga horária, sendo elas, em grande parte, jurídicas.

Ao todo mais da metade das disciplinas ficaram com uma média de 20 horas/aula. Até mesmo a disciplina de Policiamento Comunitário, a qual deveria instrumentalizar os policiais na filosofia do policiamento de proximidade objetivado pelo Programa Ronda do Quarteirão, recebeu uma carga horária (20h/a) inferior a outras disciplinas de teor técnico-operativo como Defesa Pessoal (50h/a) e de adestramento como Ordem Unida (30h/a).

Não houve por parte da coordenação institucional do curso de formação dos soldados de fileira da PMCE(2007) explicações sobre os critérios de escolha para reduzir e/ou aumentar a carga horária das disciplinas frente as exigências governamentais para redução do tempo de formação e conseqüente carga horário de 1078 h/a para 715 h/a. Contudo, durante o Grupo Focal Institucional já mencionado, o professor Nelson Arruda, do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará (CED/UECE), responsável pedagógico pelo curso de formação, relatou que, durante o processo de elaboração do Curso de Formação posicionou-se contrário a redução da carga horária, mas acabou aceitando as imposições da SSPDS:

(...) quando a gente era chamado para discutir, praticamente as questões já estavam definidas pela Secretaria. E eu ficava muito

preocupado com a questão do tempo, com as coisas feitas, assim, sem discussão, sem a gente se preparar previamente. **Então, a Secretaria dizia: “olha, é uma decisão superior”.** (...) Praticamente não tinha capacitação dos formadores, a gente tinha formadores da Polícia Militar e da Universidade, e a gente não tinha tempo para prepará-los. Então a gente fazia uma reunião com eles para preparar o material, mas não tinha nem tempo para reunir o material. (...) quando veio o Ronda, com toda força política que ele representava, eu esperava que nós tivéssemos um ano para formar o pessoal. (...) passando as reuniões e, cada vez mais o tempo ia baixando. Primeiro, eram quatro meses. Na outra reunião, eram três meses. O meu medo era que na última reunião baixassem para dois meses. E aí, como é que ia ficar? Então, a formação foi muito prejudicada (depoimento concedido pelo professor Nelson Arruda In: Grupo Focal Institucional das Pesquisas Os limites e potencialidades da nova formação policial nas parcerias das academias de polícia com a Universidade no Ceará (2008-2011) (CNPq) e Os impactos da nova formação no Programa Ronda do Quarteirão: uma experiência de policiamento comunitário? (2008-2010) (FUNCAP), realizado em 29/09/2009). (Grifos nossos).

Verifica-se também que em muitos aspectos os conteúdos programáticos de algumas ementas e apostilas de disciplinas ministradas no Curso de Formação de 2007, não estavam em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Matriz Curricular Nacional, no caso, a Matriz Curricular em Movimento (MCM), elaborada em 2006, bem como a Malha Curricular presente nessa Matriz, e que deveriam ser o horizonte teórico-pedagógico norteador desse curso de formação.

De um modo geral, podemos afirmar que o Curso de Formação de 2007 não segue a proposta curricular presente na Malha Curricular da MCM. Algumas vezes nota-se uma aproximação com os conteúdos das Bases Curriculares de 2000. Isso porque o número de disciplinas ofertadas, a nomenclatura e as ementas de algumas delas seguem o padrão das Bases Curriculares e não da MCM. Além disso, é possível observar que algumas disciplinas sugeridas pela MCM não foram repassadas, enquanto que outras, não sugeridas, o foram.

De um modo geral, as apostilas não seguiram um padrão de organização, é como se elas não tivessem sido organizadas por uma mesma equipe técnica. Algumas possuem ementas, outras não. Algumas seguem a ementa, outras não. Umas são muito bem aprofundadas e contextualizadas, outras são displicentes em seus textos e sem aprofundamento teórico. A maioria não traz os autores referenciados pela MCM (2006) e quando traz, são, apenas, dois ou três. O

conteúdo do material didático é composto por textos simples, breves, sem muita fundamentação teórica e que oferecem mais espaço para dispositivos legais (normas, leis e estatutos) do que para uma possível reflexão do soldado em formação.

Além disso, a MCM determina que todas as disciplinas devem promover a interdisciplinaridade entre o conteúdo estudado e a realidade da atividade profissional, o que não foi encontrado em nenhuma das apostilas do Curso de Formação de 2007.

Pode-se, ainda, afirmar, com essas análises, que o Governo Estadual tentou implantar uma nova modalidade de policiamento, algo próximo ao policiamento comunitário, mas não deu a devida atenção à formação desses profissionais, formando-lhes no mesmo modelo tradicional em que prevalecem valores autoritários característicos do velho conservadorismo hermético das forças militares.

### **Considerações e reflexões**

A operacionalização do programa Ronda do Quarteirão possui muitas falhas estratégicas, mas nenhuma lhe foi tão prejudicial a curto, médio e longo prazo do que a redução da carga horária do Curso de Formação de Soldados de Fileiras de 2007, de 1.078 horas/aula para 715 horas/aula.

As percas nesse Curso de Formação foram gerais, tanto para as disciplinas voltadas às ciências sociais como aquelas de teor técnico-operativo. Esses policiais não ficaram com deficiências apenas no trato com a população, que deveria ser o grande diferencial do programa Ronda do Quarteirão, mas também em questões relacionadas às técnicas de policiamento, às noções de informação e à utilização de armamentos.

Assim, as percas foram gerais não só porque as disciplinas tiveram suas cargas horárias reduzidas, mas porque não reproduziram os avanços significativos, incorporados pela Matriz Curricular em Movimento. É como se todo o trabalho de discussão da Matriz Curricular Nacional, em 2006, durante os Seminários da Matriz

Curricular em Movimento, realizados em todo o Brasil, e da formatação de uma nova Malha Curricular para os Profissionais de Segurança Pública, tivessem sido em vão.

Desse modo, mesmo havendo a co-participação entre a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Polícia Militar (PMCE) para a formação dos policiais militares, observa-se um ensino fragmentado, que não promoveu a interdisciplinaridade, um dos princípios necessários pontuados pela MCM (2006) para o desenvolvimento de um currículo que dialogasse disciplinas sociais com técnico-operativas e ambas com a realidade de atuação dos policiais militares. Esse fato coloca os limites das contribuições trazidas pelas parcerias realizadas entre a Universidade Estadual do Ceará e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social na realização dos Cursos de Formação.

Segundo Mota Brasil (2004, p. 159), “a questão é que a simples alteração dos currículos”, como as Academias de Polícia vêm realizando nos últimos anos, “não é garantia de mudanças na formação policial”. Significa dizer que

antes que se proponham currículos e metodologias, cumpre levar em conta que a formação policial no Brasil ainda é marcada por uma concepção autoritária do emprego da polícia, e que os próprios policiais não estão infensos a valores culturais de uma sociedade fortemente preconceituosa e hierarquizada. (DaMatta, 1979 apud Kant de Lima, 2007, p.76)

Assim, mesmo com todas as reduções, ainda assim, é possível observar que as disciplinas embasadas em conteúdos militares, responsáveis pela produção de “corpos dóceis e úteis” para o funcionamento da corporação militar ganharam destaque em detrimento daquelas de fundamentos teóricos mais humanistas, de especial importância para o preparo dos policiais que iriam realizar um policiamento mais proativo que reativo e, portanto, mais próximo da comunidade e identificado com a construção de uma política de segurança cidadã.

Há que se dizer que com a exceção de duas ou três disciplinas e da supressão do Estágio Supervisionado, dos três Seminários Temáticos e de algumas disciplinas, toda a grade curricular que foi utilizada no Curso de Formação de 2007

foi a mesma utilizada no Curso de Formação de Soldados de Fileiras, de 2003. O que nos leva a duas conclusões que, apesar, de inicialmente parecerem contraditórias, ao final apresentam certa coerência.

A primeira, os policiais militares rondantes foram formados com a proposta da filosofia de policiamento comunitário, obedecendo aos mesmos padrões de formação do policiamento tradicional. Segunda, a possibilidade desses policiais não terem tido nem se quer a formação dos policiais que compuseram a corporação em 2003, já que aos policiais rondantes foram suprimidas matérias antes ministradas aos policiais militares formados em 2003 como o Estágio Supervisionado. Desta maneira, os policiais que participaram da formação de 2007 foram formados sob o modelo de uma base curricular ultrapassada e com carga horária menor do que a carga horária padrão dos cursos de formação de soldados da Polícia Militar.

O que é possível apreender nesse trabalho? A formação profissional dos policiais militares no Estado do Ceará, embora orientada por “novos conteúdos”, acaba sendo neutralizada pelo velho modelo do fazer policial, mais identificado com ações repressivas do que preventivas, o que é incompatível com a proposta de policiamento de proximidade do Programa Ronda do quarteirão. “Não adianta mudanças curriculares se as velhas práticas continuam garantidas no exercício das atividades policiais, se a teoria na prática é outra” (MOTA BRASIL, 2004, p. 160).

Esses fatos nos levam a questionar se o programa Ronda do Quarteirão e a formação dos soldados que o compõem não seriam apenas, “o mais do mesmo” na política de segurança pública do Estado, ou mais uma maneira de se perpetuar o *status quo* da corporação ou apenas mais “um caso clássico de colocar vinho velho em garrafas novas” como indagam os autores Skolnick e Bayley(, 2002, p. 16) ao discutir algumas propostas de mudanças nas polícias.

Por fim, nos perguntamos o que mudou? Será que podemos afirmar que nesse cenário político as mudanças têm seus limites potencialidades, mas também suas potencialidades. Ou será que as propostas de mudança ou a aceitação destas significam: “vamos aceitar mudar para que tudo fique como estar”.

## Referências

Agressão em praça pública. Jornal o Povo (Especial Ronda sob Investigação): 14 de Julho de 2009, p. 08.

ALMEIDA, R. **Cidadania e policiamento comunitário**. In: Segurança, violência e direitos (fascículo, n. 09). Fortaleza: [www.fdr.com.br/seguranca,2007](http://www.fdr.com.br/seguranca,2007).

BARREIRA e MOTA BRASIL, M. G. **As Academias de Polícia e a Universidade: parcerias e resistências**. Coleção Segurança Pública e Democracia, Rio Grande do Sul, v.1, p. 151-164, 2002.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão**. Brasília: MJ, 2000.

-----. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Projeto Segurança Pública para o Brasil**. Brasília: MJ, 2003.

-----. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública**. Brasília: MJ, 2003.

-----. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular em Movimento, Diretrizes Pedagógicas e Malha Curricular**. Brasília: MJ, 2006.

CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Projeto Ronda do Quarteirão**, 2008.

Garoto morto com tiro de PM. Diário do Nordeste: 26 de Julho de 2010, p. 16

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 7ª ed.

Olhares sob o Ronda. Jornal O Povo (Especial Ronda sob Investigação): 17 de Julho de 2009, p. 08.

MOTA BRASIL. M. G. **Formação e inteligência policial: desafios à política pública de segurança.** In: O Público e o Privado, n.4, jul-dez.de 2004, pp. 141-163.

-----, LIMA, V. F. e CRUZ, L. A. **Potencialidades e Limites da Formação Policial: a experiência do Ceará nas parcerias da Universidade com a Academia da Polícia Militar.** Relatório Final da Pesquisa Violência Urbana, Polícias Militares Estaduais e Políticas Públicas de Segurança – VIPOSEG (2006-2008). Fortaleza, Ceará, 2009.

Ronda sob investigação. Jornal O Povo (Especial Ronda sob Investigação): 13 de Julho de 2009, p. 08.

SKOLNICK, J. H. e BAYLEY, D. H. **Policiamento Comunitário: Questões e Práticas através do Mundo.** São Paulo: EDUSP, 2002 (Série Polícia e Sociedade, nº 6)

“Tem policiais que não sabem manusear arma”, diz secretário. Jornal O Povo: 19 de Outubro de 2009, p. 08.

Tiraram a vida de um inocente. Jornal O Povo: 26 de Julho de 2010, p. 03